



HDI Seguros S.A.

CNPJ nº 29.980.158/0001-57

www.hdi.com.br

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Atendendo às disposições legais e regulamentares vigentes, apresentamos as demonstrações financeiras do Grupo HDI referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas do relatório dos auditores independentes. A HDI Seguros integra o Grupo HDI, composto pelas seguradoras HDI Seguros, Yelum Seguros, marca Aliro, Indiana Seguros, Santander Auto e HDI Global Seguros S.A., além da Fácil Assist, empresa de assistência 24h, e da Agrega, destinada à prestação de serviços aos corretores. O Grupo HDI é pertencente ao grupo alemão Talanx, um dos maiores conglomerados seguradores da Europa. O acionista direto da Companhia é a HDI Seguros S.A. **Atuação e estrutura do grupo:** Com mais de 40 anos de presença no Brasil, o Grupo HDI possui forte atuação nos ramos de seguros de automóveis, residenciais e empresariais, buscando constantemente atender às necessidades dos clientes e diversificar sua carteira. O Grupo Talanx, com sede em Hannover, é o terceiro maior grupo segurador da Alemanha, presente em mais de 175 países e com aproximadamente 24 mil colaboradores. **Reorganização societária:** Em 2025, foram realizados movimentos estratégicos para simplificação da estrutura societária e aumento da eficiência operacional: **• 1º de março de 2025:** incorporação da HDI Seguros do Brasil S.A. pela HDI Seguros S.A., sem impacto no capital social, garantindo continuidade operacional e conformidade regulatória. **• 1º de abril de 2025:** reorganização intragrupo, formalizada por Carta de Intenções, resultando na alteração

do controle direto da HDI Global Seguros S.A., sem mudança no controlador final, consolidando suas atividades na HDI Seguros S.A. **Resultados e evolução patrimonial:** Em 2025, a HDI Seguros registrou: **• Prêmios emitidos:** R\$ 5,9 bilhões (R\$ 5,6 bilhões em 2024); **• Lucro líquido:** R\$ 971 milhões (R\$ 777 milhões em 2024); **• Ativos totais:** R\$ 13,5 bilhões (R\$ 13,1 bilhões em 2024); **• Reservas técnicas:** R\$ 4,8 bilhões (R\$ 4 bilhões em 2024). Esses resultados refletem estratégias sustentáveis de controle de despesas, melhoria contínua de processos e investimentos em transformação digital, tornando os produtos ainda mais competitivos. **Perspectivas:** A Companhia manterá foco na excelência do atendimento a clientes, corretores, parceiros e colaboradores, fortalecendo sua cultura corporativa e assegurando desempenho consistente das marcas do Grupo. **Política de distribuição de lucros:** É assegurado aos acionistas o pagamento de dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado, conforme a Lei das Sociedades por Ações. A Companhia tem distribuído valores superiores ao mínimo legal, por meio de juros sobre capital próprio, destinando o saldo remanescente às reservas de lucros para reforço de capital. **Governança corporativa:** Em conformidade com as diretrizes do Grupo Talanx e normas do CNSP e SUSEP, a Companhia mantém estrutura robusta de governança, controles internos e gestão de riscos. O Conselho de Administração e o Comitê de Auditoria são compostos por profissionais de reconhecida experiência nacional e

internacional, assegurando transparência e integridade das informações financeiras. **Cumprimento das Disposições sobre Política de Equidade previstas na Lei nº 15.177/2025:**

Tabela - Política de Equidade (Lei nº 15.177/2025) - Grupo HDI			
Indicador	2025	2024	
Mulheres - Líderes	36%	35%	
Mulheres - Não Líderes	56%	54%	
Executivos - Mulheres	16%	17%	
Conselho - Mulheres	17%	14%	
Remuneração feminina vs. masculina - Líderes	79%	77%	
Remuneração feminina vs. masculina - Não Líderes	79%	81%	
Indicadores baseados em salário mediano e remuneração média (fixa, variável e eventual). A metodologia compara grupos amplos sem considerar função específica, área, senioridade ou desempenho, não atendendo aos critérios da Lei 14.611/2023 e do art. 461 da CLT, que exigem comparação por função equivalente ou trabalho de igual valor. Agradecimentos: Agradecemos aos clientes, corretores, parceiros de negócio, autoridades reguladoras e colaboradores pelo compromisso e confiança que sustentam o crescimento e a solidez do Grupo HDI.			
São Paulo, 24 de fevereiro de 2026			

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação)

	Nota	2025	2024
Prêmios emitidos	20.1	5.868.355	5.561.333
Variações das provisões técnicas de prêmios	20.2	(65.006)	(610.878)
PRÊMIOS GANHOS.....		5.803.349	4.950.455
Sinistros ocorridos	20.3	(3.508.216)	(3.155.744)
Custos de aquisição	20.4	(1.324.612)	(1.011.784)
Outras receitas e despesas operacionais	20.5	(104.934)	(68.144)
Resultado com resseguro	20.6	(63.192)	40.664
Receita com resseguro		134.258	143.853
Despesa com resseguro		(197.450)	(103.189)
Despesas administrativas	20.7.1	(651.445)	(620.535)
Despesas com tributos.....	20.7.2	(141.482)	(126.035)
Resultado financeiro	20.8	363.786	176.793
Resultado patrimonial.....	20.9	524.905	558.990
RESULTADO OPERACIONAL		898.159	744.660
Ganhos ou perdas com ativos não correntes.....	20.10	108.085	(25.600)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS			
E PARTICIPAÇÕES		1.006.244	719.060
Imposto de renda.....	20.11	3.941	77.150
Contribuição social	20.11	3.422	46.684
Participações sobre o lucro		(43.101)	(65.656)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		970.506	777.238
Quantidade de ações		420.333	439.509
Lucro líquido por ação - R\$		2.308,90	1.768,42
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras			

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais)

	2025	2024
Lucro líquido do exercício.....	970.506	777.238
Variação no valor justo dos ativos avaliados por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	72.126	(135.716)
Variação no valor justo dos ativos avaliados por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) em controladas.....	74.501	(141.378)
Imposto de renda e contribuição social sobre os resultados abrangentes.....	(20.607)	54.285
Imposto de renda e contribuição social sobre os resultados abrangentes em controladas	(21.286)	56.551
Perdas esperadas de ativos financeiros	(21.048)	(61)
Resultados abrangentes	83.686	(166.319)
Total dos resultados abrangentes	1.054.192	610.919
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras		

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais)

	2025	2024
Atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	970.506	777.238
Ajustes para:		
Variações das provisões técnicas de prêmios	65.006	610.878
Variação do custo de aquisição diferido.....	(21.762)	(168.796)
Variação da despesa de resseguro.....	2.757	(60.878)
Depreciações e amortizações	47.960	36.372
Resultado de equivalência patrimonial e amortização de mais-valia	(656.948)	(582.807)
Perdas esperadas de ativos financeiros	5.275	10.232
Outros ajustes	423	25.971
Variação nas contas patrimoniais:		
Aplicações	(361.251)	(608.613)
Créditos das operações de seguros e resseguros	(231.339)	(546.788)
Outros créditos operacionais.....	(18.541)	(10.759)
Ativos de resseguros e retrocessões - provisões técnicas .	(78.388)	32.483
Títulos e créditos a receber	(231.318)	6.764
Outros valores e bens.....	(13.904)	(20.852)
Despesas antecipadas	20.732	(6.628)
Custos de aquisição diferidos.....	(138.308)	(128)
Contas a pagar.....	277.593	142.888
Débitos de operações com seguros e resseguros	(1.431)	129.662
Depósito de terceiros	38.081	22.020
Provisões técnicas - seguros.....	717.394	169.622
Outros débitos	2.287	(4.440)
Caixa gerado/(consumido) pelas operações.....	394.824	(46.559)
Recebimentos de dividendos e Juros sobre o capital próprio.	14.380	11.074
Impostos sobre o lucro pago.....	(40.281)	(5.277)
Caixa líquido gerado/(consumido) nas atividades operacionais	368.923	(40.762)
Atividades de investimento		
Investimentos.....	1.956.023	567.447
Aquisição de imobilizado.....	(763.468)	(37.058)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento..	1.192.555	530.389
Atividades de financiamento		
Aumento de capital.....	140.973	—
Redução de capital.....	(500.000)	—
Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio pagos.....	(1.200.010)	(460.060)
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento.....	(1.559.037)	(460.060)
Aumento/(Redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa ...	2.441	29.567
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	35.970	6.403
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	38.411	35.970
Aumento/(Redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa ...	2.441	29.567
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras		

Descrição das operações: **• HDI Seguros S.A.** - Seguradora autorizada pela SUSEP a operar em ramos elementares e vida, responsável pela consolidação das operações do Grupo HDI no Brasil. **• Yelum Seguros S.A.** - Especializada em seguros de automóveis e ramos massificados, integrada ao Grupo HDI em 2023. **• Indiana Seguros S.A.** - Foco em seguros de automóveis e produtos para nichos específicos. **• Santander Auto Seguros S.A.** - Operações voltadas para seguros de automóveis, em parceria com o Banco Santander. **• HDI Global Seguros S.A.** - Seguradora com foco em grandes riscos corporativos e industriais, incorporada pela HDI Seguros S.A. após reorganização societária em 2025. **Reorganização societária e estrutura de controle:** Em 1º de março de 2025, foi concluída a incorporação da HDI Seguros do Brasil S.A. pela HDI Seguros S.A., operação que marcou um passo relevante na consolidação das atividades da Companhia. O objetivo foi simplificar a estrutura societária, promover maior eficiência operacional e reforçar o alinhamento estratégico do Grupo HDI no Brasil. A operação envolveu a transferência integral do patrimônio da HDI Seguros do Brasil S.A. para a HDI Seguros S.A., assegurando a continuidade operacional e o cumprimento das exigências regulatórias. Como a Companhia já detinha 100% do capital social da incorporada, não houve aumento de capital nem alteração na estrutura de controle.

continua →

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais)

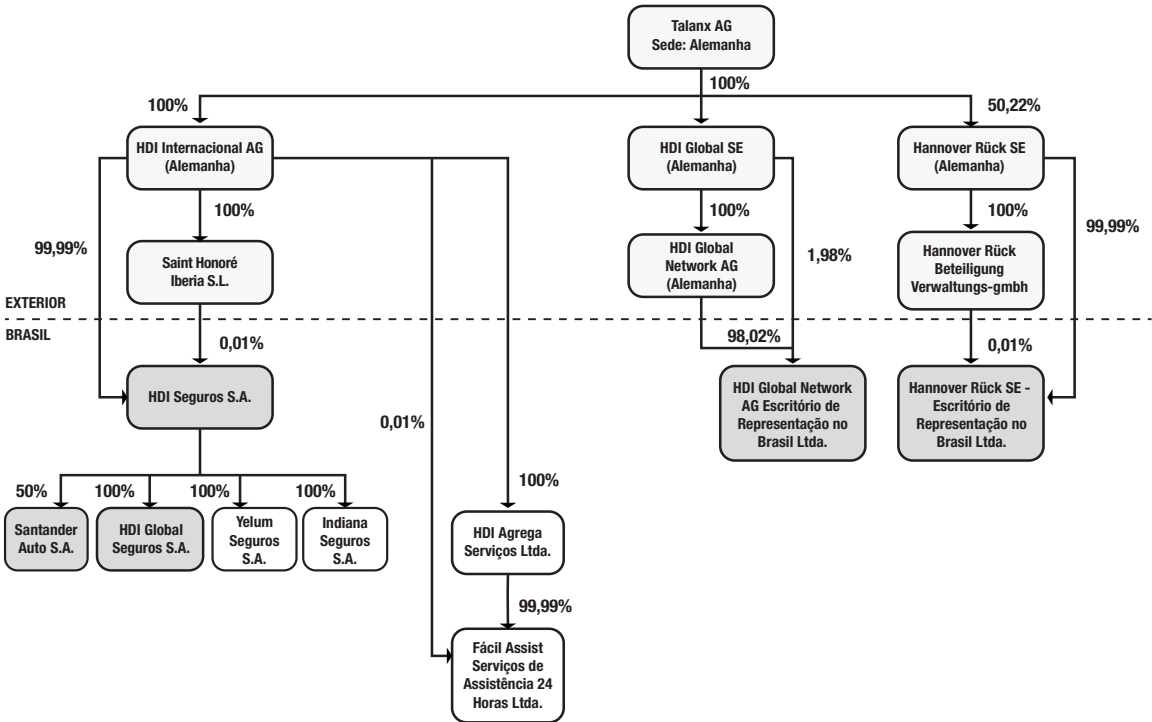
	Capital social	Aumento de capital em aprovação	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Ajustes com TVM	Lucros acumulados	TOTAL
SalDOS em 31 de dezembro de 2023	2.304.624	5.129.305	78.310	403.869	24.444	—	7.940.552
Aumento de capital AGE 20/11/2023 e 23/05/2024.....	5.129.596	(5.129.305)	—	—	—	—	291
Dividendos	—	—	—	(109.111)	—	—	(109.111)
Ajuste adoção inicial CPC 48.....	—	—	—	(1.816)	(365)	—	(2.181)
Ajuste ao valor justo das aplicações.....	—	—	—	—	(81.431)	—	(81.431)
Ajuste ao valor justo das aplicações - em controladas	—	—	—	—	(84.827)	—	(84.827)
Perdas esperadas de ativos financeiros.....	—	—	—	—	(61)	—	(61)
Lucro líquido do exercício	—	—	—	—	—	777.238	777.238
Proposta para distribuição do resultado:							
Reserva legal	—	—	38.862	—	—	(38.862)	—
Reserva de retenção de lucros	—	—	—	387.427	—	(387.427)	—
Juros sobre o capital próprio	—	—	—	—	—	(350.949)	(350.949)
SalDOS em 31 de dezembro de 2024	7.434.220	—	117.172	680.369	(142.240)	—	8.089.521
Aumento de capital - AGE 01/04/25 - Portaria DIORE/SUSEP nº 21 de 21/10/25	140.973	—	—	—	—	—	140.973
Redução de capital - AGE 04/09/25 - Portaria CGRAJ/SUSEP nº 2917 de 26/12/25	(500.000)	—	—	—	—	—	(500.000)
Dividendos	—	—	—	(882.231)	—	—	(882.231)
Ajuste ao valor justo das aplicações.....	—	—	—	—	51.519	—	51.519
Ajuste ao valor justo das aplicações - em controladas	—	—	—	—	53.215	—	53.215
Perdas esperadas de ativos financeiros.....	—	—	—	—	(21.048)	—	(21.048)
Lucro líquido do exercício	—	—	—	—	—	970.506	970.506
Proposta para distribuição do resultado:							
Reserva legal	—	—	48.525	—	—	(48.525)	—
Reserva de retenção de lucros	—	—	—	462.836	—	(462.836)	—
Juros sobre o capital próprio	—	—	—	—	—	(459.145)	(459.145)
SalDOS em 31 de dezembro de 2025	7.075.193	—	165.697	260.974	(58.554)	—	7.443.310
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras							

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A HDI Seguros S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, autorizada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) a operar em todas as modalidades de seguros dos ramos elementares e de vida em território nacional. A sede da Companhia está localizada na Rua Dr. Geraldo Campos Moreira, 110 - Brooklin Novo, São Paulo - SP. A Companhia integra o Grupo Talanx, conglomerado segurador com sede em Hannover, Alemanha. Sua controladora direta é a HDI International AG e o controlador final é a HDI V.A.G., ambas sediadas na Alemanha.

Quadro-resumo societário - Grupo HDI



★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA HDI SEGUROS S.A. (Em milhares de reais)

Saldos incorporados	01/03/2025	Saldos incorporados	01/03/2025
Ativo	1.167.159	Passivo	1.167.159
Circulante	367.669	Circulante	348.367
Disponível	855	Contas a Pagar	23.297
Aplicações	200.949	Débitos de operações com	
Créditos das operações	44.240	seguros e resseguros	11.512
Títulos e créditos a receber	40.818	Depósitos de terceiros	11.277
Outros valores e bens	26.041	Provisões técnicas - seguros e resseguros	300.792
Custos de aquisição diferidos	43.915	Outros débitos	1.489
Ativo de resseguro e retrocessões diferidos	10.851	Passivo não circulante	298.189
Ativo não Circulante	799.490	Provisões técnicas - seguros e resseguros	290.430
Aplicações	630.386	Outros débitos	7.759
Títulos e créditos a receber	29.646		
Custos de aquisição diferidos	94.436		
Ativo de resseguro e retrocessões	29.151		
Outros valores	3.241		
Imobilizado	2.332		
Intangível	10.298	Patrimônio Líquido	520.603

Reorganização intragrupo e consolidação de atividades: Como parte das iniciativas de reestruturação do Grupo HDI, foi assinada, em 14 de fevereiro de 2025, uma Carta de Intenções (*Letter of Intent*) entre os acionistas da HDI Global Seguros S.A. e a HDI International AG, formalizando a intenção de realizar uma reorganização societária intragrupo, implementada em 1º de abril de 2025. Essa reorganização resultou na alteração do controle direto da HDI Global Seguros S.A., sem mudança no controlador final no exterior. Após o fechamento da operação, todas as atividades da HDI Global Seguros S.A. passaram a ser consolidadas pela HDI Seguros S.A., reforçando a integração operacional e estratégica do Grupo. **Aumento de capital e homologação regulatória:** Em complemento à reorganização, foi aprovado, em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 1º de abril de 2025, o aumento de capital da Companhia no valor de R\$ 140.973, mediante emissão de 7.608 ações ordinárias, subscritas e integralizadas pela acionista HDI International AG, por meio da conferência de ações da HDI Global S.A. a Companhia. A operação encontra-se homologada pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP (PORTARIA/DIORE/SUSEP nº 21 de 21 de outubro de 2025). Com a conclusão do processo, a Companhia passa a deter 100% do capital social da HDI Global S.A., consolidando sua estrutura de controle e fortalecendo sua posição estratégica no mercado brasileiro.

2. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), em atendimento à Circular SUSEP nº 648/21 e suas alterações, bem como aos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando aprovados pela SUSEP. A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em reunião realizada em 24 de fevereiro de 2026, e sua aprovação ocorreu pelo Conselho de Administração na mesma data. **2.1 Base para mensuração e apresentação:** As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade operacional, utilizando o custo histórico como base, exceto para certos ativos financeiros mensurados ao valor justo. A moeda funcional e de apresentação é o Real (R\$). As informações estão expressas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. **2.2 Uso de estimativas e julgamentos:** Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração aplicou estimativas e julgamentos que impactam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores registrados de ativos, passivos, receitas e despesas. Essas estimativas podem ser revistas caso ocorram alterações nas circunstâncias que lhes deram origem ou em decorrência de novas informações ou maior experiência, sendo que os efeitos dessas revisões são reconhecidos prospectivamente. As notas explicativas indicadas a seguir apresentam informações sobre julgamentos relevantes na aplicação das políticas contábeis, que possuem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos, bem como sobre incertezas relacionadas às estimativas que podem resultar em desfechos significativamente diferentes dos valores contabilizados: • Notas 3.2 e 5 - Instrumentos financeiros (aplicações financeiras); • Notas 3.7 e 13 - Ativo intangível; • Notas 3.8 e 17 - Provisões técnicas; • Notas 3.13 e 18 - Provisões judiciais; e • Nota 8.2 - Créditos tributários e previdenciários. **2.3 Novas normas e interpretações. 2.3.1. Mudanças de políticas contábeis e divulgação adotadas pela Companhia:** Alteração na classificação contábil dos prêmios a restituir: A partir de 1º de janeiro de 2025, conforme determinado pela Circular SUSEP nº 648 de 12 de novembro de 2021 e alterações posteriores, a Companhia passou a contabilizar os Prêmios a Restituir no Grupo Provisões Técnicas - Seguros, até então contabilizados no grupo Outras contas a pagar. O balanço patrimonial de 2024, apresentado para fins de comparação, não foi reapresentado para incorporar tal alteração, conforme determinado pela SUSEP por meio do OFÍCIO CIRCULAR ELETRÔNICO Nº 4/2025/COMOC/CGMOP/DISUP/SUSEP. **2.3.2. Novas normas e interpretações ainda não adotadas: CPC 50 - Contratos de seguro (IFRS 17):** O Pronunciamento Técnico CPC 50 estabelece princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação dos contratos de seguro emitidos, bem como regras semelhantes para contratos de resseguro mantidos e contratos de investimento com características de participação discricionária. A aplicação do CPC 50 ocorrerá quando referendada pela SUSEP, conforme determinações regulatórias vigentes. **2.3.3. Alterações de normas novas que ainda não estão em vigor: Implementação global das regras do modelo “Pilar Dois” da OCDE:** Em dezembro de 2021, a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) divulgou as regras do modelo Pilar Dois, que visam reformar a tributação corporativa internacional para garantir que grupos multinacionais paguem imposto sobre o lucro mínimo efetivo à taxa de 15%. A alíquota efetiva calculada nesse modelo é denominada *GloBE effective tax rate*. Essas regras dependem de aprovação pela legislação local de cada país. Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações ao IAS 12 - Tributos sobre o Lucro, permitindo isenção temporária na contabilização de impostos diferidos decorrentes da implementação do Pilar Dois. No Brasil, a Lei nº 15.079, de 27 de dezembro de 2024, instituiu, a partir de 1º de janeiro de 2025, um adicional da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) para empresas multinacionais, como parte da adaptação às Regras Globais Contra a Erosão da Base Tributária (Regras *GloBE*). O objetivo é garantir tributação mínima efetiva de 15% sobre os lucros gerados, alinhando-se ao modelo da OCDE e assegurando que os tributos sejam recolhidos na jurisdição onde os lucros foram gerados. A Companhia realizou o teste de *safe harbor* e não espera aumento da carga tributária no Brasil em decorrência da aplicação das referidas regras. **Normas emitidas pela IFRS® Foundation:** As seguintes alterações foram emitidas pela IFRS® Foundation, mas não estavam em vigor para o exercício de 2025. Ressalta-se que a adoção antecipada não é permitida no Brasil, conforme determinações da SUSEP e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC):

Norma	Objetivo Principal	Data de Vigência
Melhorias anuais - volume 11 (IFRS 10, IFRS 9, IFRS 1, IFRS 7 /IAS 7)	Ajustes pontuais para clareza e consistência em consolidação, instrumentos financeiros e apresentação de fluxos de caixa.	01/01/2026
Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7	Revisão na classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo contratos vinculados à geração de energia.	01/01/2026
IFRS 18 - Apresentação e divulgação nas demonstrações financeiras	Substitui parte do IAS 1, trazendo maior comparabilidade e transparência na apresentação das demonstrações de resultado.	01/01/2027 (aplicação retrospectiva)
IFRS 19 - Subsidiárias sem obrigação pública de prestação de contas	Simplificação para subsidiárias que aplicam IFRS sem obrigação pública de prestação de contas.	01/01/2027

A Companhia ainda não concluiu a análise dos impactos da futura adoção dessas normas sobre suas demonstrações financeiras, quando aplicável. **Reforma tributária:** Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132/2023, que institui a Reforma Tributária sobre o consumo, alterando a estrutura de tributos federais, estaduais e municipais, com impactos relevantes para o setor de seguros. A implementação ocorrerá de forma gradual, conforme cronograma definido pela legislação e regulamentações complementares. As Leis Complementares 214/2025 e 227/2026 definem as regras operacionais, alíquotas e obrigações acessórias aplicáveis ao setor. **Impactos e implementações futuras para seguradoras:** A Reforma implicará ajustes nos processos de apuração, sistemas de faturamento, modelos de precificação e obrigações acessórias, exigindo adequação às novas regras de incidência sobre operações de seguros. **Plano de implementação da companhia:** A Companhia já elaborou seu plano de implantação das alterações necessárias, com base na regulamentação vigente e nos sistemas e modelos disponíveis até a presente data. A Companhia já iniciou estudos para adequação às mudanças previstas.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis discriminadas abaixo foram aplicadas em todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras. **3.1 Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa compreendem numerário disponível em caixa, saldos em contas bancárias e aplicações financeiras com vencimento original inferior a 90 dias, contados a partir da data de aquisição, que apresentam insignificante risco de alteração no valor justo. Esses ativos são utilizados para gerenciamento dos compromissos de curto prazo da Companhia e estão registrados na rubrica “caixa e bancos” nas demonstrações financeiras. **3.2 Instrumentos financeiros:** A Companhia classifica seus ativos financeiros em uma das seguintes categorias: valor justo por meio do resultado, custo amortizado e valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA). A classificação e mensuração de ativos financeiros dependem do modelo de negócios no qual são administrados e das características de seus fluxos de caixa (*Solely Payment of Principal and Interest Test - SPPI Test*). **Modelo de negócios:** Representa a forma como é efetuada a gestão dos ativos financeiros para gerar fluxos de caixa e não depende das intenções da Administração em relação a um instrumento individual. Os ativos financeiros podem ser administrados com o propósito de: i) obter fluxos de caixa contratuais; ii) obter fluxos de caixa contratuais e venda; ou iii) outros. Para avaliar os modelos de negócios, a Companhia considera os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios; como os gestores do negócio são remunerados; e como o desempenho do modelo de negócios é avaliado e reportado à Administração. Quando o ativo financeiro é mantido nos modelos de negócios i) e ii) é necessária a aplicação do *SPPI Test*. **SPPI Test:** Avaliação dos fluxos de caixa gerados pelo instrumento financeiro com o objetivo de verificar se constituem apenas pagamento de principal e juros. Para atender esse conceito, os fluxos de caixa devem incluir apenas contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e o risco de crédito. Se os termos contratuais introduzirem exposição a riscos ou volatilidade nos fluxos de caixa, tais como exposição a alterações nos preços de instrumentos de patrimônio ou preços de commodities, o ativo financeiro é classificado como ao valor justo por meio do resultado. Contratos híbridos devem ser avaliados como um todo, incluindo todas as características embutidas. A contabilização de um contrato híbrido que contenha derivativo embutido é efetuada de forma conjunta, ou seja, todo o instrumento é mensurado ao valor justo por meio do resultado. **i. Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR):** São classificados nesta categoria os ativos financeiros cuja aquisição tem a principal finalidade de gerar resultados em curto prazo por meio de negociações frequentes. Esses ativos são registrados pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do período. Esses ativos são classificados no ativo circulante independentemente da data de vencimento. **ii. Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:** Caso o ativo financeiro seja mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais e os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto, então tais ativos financeiros são classificados como custo amortizado. Esses ativos são registrados pelo custo amortizado deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. **iii. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA):** Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são ativos financeiros dentro do modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros e os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Esses ativos financeiros são registrados pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas no patrimônio líquido, líquidas dos respectivos efeitos tributários. **iv. Determinação do valor justo:** Valor justo dos ativos financeiros é o montante pelo qual um ativo pode ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes conhecidas e empenhadas na realização de uma transação justa de mercado na data de balanço. O valor justo das aplicações em fundos de investimentos foi registrado com base nos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos. Ativos com valores divulgados em domínio público como Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA) e pela B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão tiveram seu valor justo de acordo com a divulgação dessas fontes. O valor justo de ativos financeiros não cotados em mercados ativos é calculado através de técnicas e metodologias de valorização apropriadas, tais como: uso de recentes transações de mercado, referência ao valor justo de outro instrumento que seja substancialmente similar, fluxo de caixa descontado, ou modelos específicos de precificação utilizados pelo mercado. **v. Perda de crédito esperada para ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA):** A mensuração da perda de crédito esperada envolve a aplicação de premissas relevantes, tais como: *SPPI test* O ativo deve inicialmente passar no teste de *Solely Payments of Principal and Interest*, definido na norma CPC 48, e desta forma classificado para contabilização VJORA. O cálculo de perda de crédito esperada não se aplica a ativos que não se adequam aos requerimentos do *SPPI Test* e/ou que não estejam marcados nessa categoria contábil, sendo a deterioração nas condições de crédito destes instrumentos em princípio já automaticamente refletidas em seu preço de mercado. **Prazo:** A Companhia considera o estágio atual de cada instrumento financeiro para a determinação do horizonte relevante para o cálculo de perda de crédito esperada, sendo assim limitado ao prazo total do instrumento financeiro. Desta forma, ativos alocados no primeiro estágio são calculados levando em conta um período de 12 meses (ou até o vencimento do contrato, o que for menor), e ativos classificados no segundo estágio têm como horizonte de cálculo toda a duração esperada do contrato. Todos os termos contratuais são considerados ao determinar a vida esperada, incluindo opções de pré-pagamento e de rolagem. **Informações prospectivas:** O CPC 48 requer uma estimativa ponderada e imparcial da perda de crédito que incorporem previsões de condições econômicas futuras. A Companhia utiliza informações macroeconômicas prospectivas e informações públicas com projeções elaboradas internamente para determinar o impacto dessas estimativas na determinação da perda de crédito esperada. **Cenários de perda ponderados pela probabilidade:** A Companhia utiliza cenários ponderados para determinar a perda de crédito esperada para um horizonte de

observação em adequação as normas que regem o cálculo de perda esperada de crédito. **Determinação de critérios para aumento ou redução significativa no risco de crédito:** Em cada período das demonstrações financeiras, a Companhia avalia se o risco de crédito sobre cada ativo financeiro aumentou significativamente utilizando *triggers* (indicadores) relativos e absolutos por produto. **Aumento significativo no risco de crédito:** A Companhia avalia diversos fatores para determinar um aumento significativo no risco de crédito, tais como: Mudanças significativas no *rating* do emissor do contrato, notícias ou fatos que indiquem deterioração da capacidade de pagamento da contraparte, eventos econômicos que impliquem no aumento de risco de crédito das contrapartes etc. Como fatores para uma mudança de estágio de ativos, de maneira não-exaustiva, podemos citar: **Estágio 1 para estágio 2:** Uma deterioração de dois *tranches* no *rating* (por exemplo, de AA+, para AA) do emissor do contrato implica na reclassificação do instrumento do estágio 1 para o estágio 2; neste caso a reclassificação de estágio é feita automaticamente. Uma deterioração ainda não refletida no *rating* do emissor (baseando-se em notícias, eventos macroeconômicos que impliquem na deterioração da capacidade do emissor ou demais informações de mercado em geral) também podem definir, de maneira qualitativa após a análise dos responsáveis pela contabilização dos ativos, a alocação para o estágio inferior. **Estágio 2 para estágio 3: Default ou iminência de default** da contraparte; baseando-se em informações de mercado fornecidas por agências de *rating*, notícias, fatos econômicos relevantes ou demais fontes de informação confiáveis, define-se que uma contraparte está em grave situação de capacidade de pagamento ou que já está em inadimplência com este ou qualquer outro instrumento financeiro na qual é parte obrigada a pagamento. Neste caso a reclassificação é feita após a análise das pessoas responsáveis pela contabilização do instrumento. As condições de subida de estágio são simétricas, isto é, cessadas as condições que implicaram no *downgrade* do ativo, este deve ser novamente classificado no estágio original superior. **vi. Perda de crédito esperada para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado:** A estimativa de perdas de crédito esperadas deve sempre refletir a possibilidade de que ocorra a perda de crédito e a possibilidade de que não ocorra nenhuma perda de crédito, mesmo se o resultado mais provável for sem perda de crédito. A evidência de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor, pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, aumentos significativos no risco de crédito desde o reconhecimento inicial ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título. A Companhia reconhece uma redução ao valor recuperável sobre prêmios a receber de seguros diretos, com base na abordagem simplificada em estudo que apura a probabilidade de perda esperada sobre os valores de prêmios a receber e reconhece uma redução ao valor recuperável com resseguradoras com base no modelo de tempo de recuperação pelo valor a recuperar. Portanto, a Companhia apesar de acompanhar as alterações no risco de crédito, reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas vitaisícias em cada data-base. A Companhia considera um ativo financeiro em situação de inadimplimento quando os pagamentos contratuais estão vencidos há 366 dias e nestes casos são considerados 100% como *default*. No entanto, em certos casos, a Companhia também pode considerar que um ativo financeiro está em inadimplimento quando informações internas ou externas indicam ser improvável a Companhia receber integralmente os valores contratuais em aberto antes de levar em conta quaisquer melhorias de crédito mantidas pela Companhia. **vii. Instrumentos financeiros derivativos** A Companhia realiza operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos, destinados exclusivamente ao *hedge* econômico de seus investimentos e operações. Os derivativos são classificados na categoria valor justo por meio do resultado (vide nota 3.2.i). Estas operações são registradas e negociadas na B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão. **3.3 Ativos e passivos de resseguros:** Os ativos e passivos decorrentes dos contratos de resseguro são apresentados de forma segregada, evidenciando os direitos e obrigações entre as partes, uma vez que a existência desses contratos não exime a Companhia de suas responsabilidades perante os segurados. Ativos de resseguro: compreendem os prêmios de resseguro diferidos e os valores a recuperar relativos às indenizações pendentes de liquidação ou já pagas aos segurados. Passivos de resseguro: incluem os prêmios de resseguro a liquidar, as comissões a recuperar sobre os repasses de prêmios conforme os contratos de cessão de riscos, bem como os adiantamentos de sinistros. **3.4 Bens à venda (salvados):** Os salvados são avaliados ao valor justo, deduzido das despesas diretamente relacionadas à venda. O valor justo é determinado com base em valores de mercado (Tabela FIPE) ajustados de acordo com os danos apurados em cada veículo e pelo tempo de permanência no estoque. **3.5 Participações Societárias:** A Companhia detém participações em sociedades, avaliadas pelo método da equivalência patrimonial. **3.6 Ativo imobilizado:** O ativo imobilizado é registrado pelo custo histórico, deduzido da depreciação acumulada e de eventuais perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando resultam em benefícios econômicos futuros mensuráveis com confiabilidade. Despesas de reparo e manutenção são reconhecidas diretamente no resultado do período em que ocorrem. A depreciação é calculada pelo método linear e reconhecida no resultado ao longo da vida útil estimada dos bens. **3.7 Ativo intangível: 3.7.1. Ágio:** O ágio decorrente de aquisições é registrado como ativo intangível no ativo não circulante, fundamentado na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros. Em conformidade com o CPC 15 - Combinação de Negócios e CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, esse ativo não é amortizado para fins contábeis, sendo submetido a teste de recuperabilidade (*impairment*) ao menos uma vez por ano ou sempre que houver indícios de perda. A mais-valia (ajuste a valor justo de ativos e passivos oriundo de combinação de negócios) identificada na aquisição das controladas é amortizada conforme taxas e prazos definidos no documento de Alocação do Preço de Compra (*Purchase Price Allocation - PPA*). **Críticos para teste de recuperabilidade:** O teste de recuperabilidade é realizado com base no valor em uso, calculado a partir de projeções de fluxos de caixa futuros, alinhadas ao planejamento estratégico aprovado pela Administração. Esses fluxos são descontados a valor presente utilizando taxa de custo de capital adequada, refletindo riscos específicos das operações. As Unidades Geradoras de Caixa (UGC) foram definidas considerando o menor conjunto de ativos e passivos que gera entradas de caixa independentes, abrangendo as operações Auto e Não Auto. **Premissas utilizadas:** · Horizonte de projeção: até o final do planejamento estratégico aprovado pela Administração (2026 - 2029). · Perpetuidade: aplicada ao último fluxo projetado, com taxa de crescimento compatível com expectativas de longo prazo. · Taxa de desconto: baseada no custo médio ponderado de capital (WACC), considerando riscos específicos do negócio. · Sensibilidade: foram realizados testes para avaliar impactos de variações nas premissas críticas (taxa de desconto e taxa de crescimento). **Conclusão do teste:** Com base nas análises conduzidas e nos cenários avaliados, não foram identificadas perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) no período. O valor contábil do ágio permanece suportado pelas projeções de geração de caixa. **3.7.2. Outros intangíveis:** São classificados como ativos intangíveis os softwares desenvolvidos internamente, as licenças de uso de softwares de terceiros que não sejam essenciais para o funcionamento dos hardwares, bem como as despesas relacionadas à sua implantação. Os ativos intangíveis são registrados pelo custo histórico, deduzido da amortização acumulada e de eventuais perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A amortização é reconhecida pelo método linear, com base em vida útil estimada, sendo apropriada ao resultado do exercício. **3.8 Provisões técnicas:** As provisões técnicas são constituídas em conformidade com a Circular SUSEP nº 648/21, suas alterações posteriores, e com a Resolução CNSP nº 432/21, observando critérios, parâmetros e fórmulas definidos nas Notas Técnicas Atuariais (NTA). A seguir, descrevem-se as principais provisões: **Provisão de Prêmios Não Ganhos - Riscos Vigentes e Emitidos (PPNG-RVE):** corresponde à parcela da receita a ser apropriada pelo regime de competência, considerando o prazo de cobertura dos riscos assumidos e já emitidos na data-base. É calculada pelo método *pro rata die* sobre o prêmio comercial, incluindo cosseguro aceito, bruto de resseguro e líquido de cosseguro cedido. **Provisão de Prêmios Não Ganhos - Riscos Vigentes e Não Emitidos (PPNG-RVNE):** complementa a PPNG-RVE, abrangendo riscos assumidos cujas apólices ainda não foram emitidas. O cálculo utiliza metodologia baseada em triângulos de *run-off*, considerando o intervalo entre início de vigência e emissão das apólices do histórico de emissões, acrescido das informações conhecidas na data-base. **Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL):** refere-se à estimativa de pagamentos para sinistros avisados e pendentes de liquidação, brutos de resseguro e cosseguro aceito e líquidos da recuperação de cosseguro cedido. Os valores são atualizados monetariamente. **Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados (IBNR):** destinada à cobertura de sinistros já ocorridos e ainda não avisados. É calculada com base em metodologias atuariais consagradas, incluindo Desenvolvimento de Sinistros Avisados (DFM), Sinistralidade Esperada e Bornhuetter-Ferguson (BF), utilizando triângulos de *run-off*. Para sinistros judiciais, aplica-se desconto financeiro sobre fluxos futuros, utilizando taxas pré-fixadas da Estrutura a Termo da Taxa de Juros (ETTJ). A atualização considera incrementos mensais distintos para carteiras *short tail* e *long tail*. **Ajuste de Sinistros Ocorridos e Não Suficientemente Avisados (IBNER):** realizado de forma agregada para sinistros não pagos, com base em metodologias como Desenvolvimento de Sinistros e Bornhuetter-Ferguson. Aplica-se desconto seguindo o mesmo critério descrito em IBNR. A atualização considera incrementos mensais distintos para carteiras *short tail* e *long tail*. **Provisão de Despesas Relacionadas (PDR):** abrange despesas esperadas com sinistros ocorridos, incluindo Despesas Alocáveis (ALAE), Não Alocáveis (ULAE) e sucumbência. • **ALAE e Sucumbência:** Estimadas com base em histórico e triângulos de *run-off*. • **ULAE:** Calculada pela relação entre despesas e indenizações pagas, via teste de consistência. Aplica-se desconto seguindo o mesmo critério descrito em IBNR. A atualização é feita por incremento mensal, com rateio entre ALAE, ULAE e sucumbência. **Estimativa de Salvados e Ressarcimentos:** representa a expectativa de recuperação futura de salvados e ressarcimentos de sinistros não liquidados. O cálculo utiliza metodologias atuariais usuais, com desconto financeiro aplicado sobre fluxos futuros, considerando taxas da ETTJ sobre a parcela judicial. **Política de Atualização e Revisão das Metodologias:** As metodologias utilizadas para constituição das provisões técnicas são periodicamente revisadas e atualizadas, conforme exigências regulatórias, evolução da carteira, disponibilidade de novas informações e melhores práticas atuariais. Essas revisões são formalizadas em Notas Técnicas Atuariais (NTA), garantindo aderência às normas da SUSEP e à Resolução CNSP nº 432/21. **3.9 Teste de adequação dos passivos (TAP):** Em conformidade com a Circular SUSEP nº 648/21 e alterações posteriores, a Companhia realiza o teste de adequação dos passivos para todos os contratos que atendem à definição de contrato de seguro segundo o CPC 11, vigentes na data-base. Os contratos são agrupados por ramos, conforme a Circular SUSEP nº 682/22, considerando a homogeneidade de riscos. O teste consiste na comparação entre o valor contábil das provisões técnicas e a melhor estimativa dos fluxos de caixa futuros relacionados aos riscos vigentes, trazidos a valor presente com base na Estrutura a Termo de Taxas de Juros (ETTJ), opção prefixada, conforme determinações da SUSEP. Os fluxos incluem sinistros ocorridos (avisados e não avisados), sinistros a ocorrer, despesas administrativas, impostos e recuperações, considerando premissas atuariais fundamentadas em histórico contábil e expectativas de evolução da carteira. Caso seja identificada insuficiência, a Companhia reconhece imediatamente a perda no resultado do período, mediante constituição de provisões adicionais aos passivos de seguros. A referida iniciativa somente deve ser contabilizada se apurada no total, ou seja, considerando a soma de todos os agrupamentos. Para a data-base de 31 de dezembro de 2025, o TAP não indicou necessidade de ajuste nas provisões técnicas. A projeção de sinistros a ocorrer considerou a melhor estimativa de sinistralidade por agrupamento de ramos, baseada em série histórica de até 60 meses, resultando em sinistralidade global de 61,06%. O resultado do TAP de prêmios não registrados foi apurado pela diferença entre os prêmios futuros estimados e os sinistros a ocorrer, acrescidos das respectivas despesas, deduzidos dos custos de aquisição e cancelamento. O resultado consolidado do TAP está apresentado abaixo.

Prêmios registrados:			
Grupo de ramo	Provisões contabilizadas	Fluxo Realista	Suficiência
Automóvel.....	1.901.539	1.425.834	(475.705)
Patrimonial.....	320.039	220.999	(99.040)
Rural.....	47.291	31.250	(16.041)
Transporte.....	5.753	3.047	(2.705)
Responsabilidades.....	19.197	7.851	(11.346)
Pessoas Coletivo.....	71.674	65.156	(6.518)
Pessoas Individual.....	12.553	5.894	(6.659)
Habitacional.....	18	—	(18)
Total.....	2.378.064	1.760.031	(618.032)
Prêmios não registrados:			
Grupo de ramo	Fluxo de caixa Estimado - Consolidado		
Patrimonial.....	8.971		
Transporte.....	881		
Pessoas Coletivo.....	24.543		
Pessoas Individual.....	7.530		
Habitacional.....	2.715		
Total.....	44.640		

Política de Atualização e Revisão das Metodologias: As metodologias utilizadas no TAP são revisadas periodicamente, considerando exigências regulatórias, evolução da carteira, disponibilidade de novas informações e melhores práticas atuariais. **3.10 Passivos financeiros:** Os passivos financeiros compreendem, principalmente, contas a pagar, débitos decorrentes de operações de seguros e resseguros e depósitos de terceiros. Esses passivos são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, acrescido dos custos de transação diretamente atribuíveis, quando aplicável. Após o reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva, quando aplicável. As obrigações são baixadas quando liquidadas ou quando não houver expectativa de saída futura de recursos para sua quitação. **3.11 Benefícios a empregados:** Os benefícios concedidos aos empregados são registrados no grupo de Despesas Administrativas, sob a rubrica Despesas com Pessoal, conforme as seguintes técnicas de mensuração: • Benefícios de curto prazo e por desligamento são mensurados pelo valor não descontado que se espera pagar quando a obrigação é liquidada. • Planos de contribuição definida são reconhecidos pelo valor das contribuições devidas no período. A Companhia não concede benefícios pós-emprego definidos nem planos de remuneração baseados em ações. **3.12 Imposto de renda e contribuição social:** O Imposto de Renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido de adicional de 10% sobre a parcela do lucro que exceder R\$ 20 mil por mês. A Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) é calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável. A despesa com Imposto de Renda e CSLL compreende os valores reconhecidos no resultado, exceto quando relacionados a itens registrados diretamente no patrimônio líquido. • **Imposto corrente:** corresponde ao valor a pagar sobre o lucro tributável, calculado com base nas alíquotas vigentes na data do balanço. • **Imposto diferido:** reconhecido sobre diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e suas bases fiscais. Um ativo de imposto diferido é reconhecido sobre prejuízos fiscais, bases negativas de CSLL e diferenças temporárias quando for provável a existência de lucros futuros tributáveis suficientes para sua realização. Esses ativos são revisados a cada data de balanço e desreconhecidos quando não houver expectativa de geração de lucros tributáveis futuros que permitam sua utilização. **3.13 Provisões judiciais:** As provisões são constituídas pelo valor estimado dos desembolsos relacionados a ações judiciais em curso cuja probabilidade de desembolso futuro seja considerada provável, conforme avaliação da Administração e dos assessores jurídicos. Contingências ativas não são reconhecidas até que haja decisão favorável definitiva ou celebração de acordo. **3.14 Classificação dos contratos de seguro:** São classificados como contratos de seguro aqueles em que a Companhia assume risco de seguro significativo do segurado, comprometendo-se a indenizá-lo caso ocorra

continua ★

→ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA HDI SEGUROS S.A. (Em milhares de reais)

evento futuro, incerto e específico que lhe cause prejuízo. Os contratos de resseguro são tratados como contratos de seguro, por também transferirem risco significativo. **3.15 Mensuração dos contratos de seguros:** As receitas de prêmios e os custos de aquisição são reconhecidos na emissão das apólices ou no início da vigência do risco, quando aplicável, e apropriados linearmente ao longo do período de cobertura, por meio da constituição e reversão da Provisão de Prêmios Não Ganhos e dos Custos de Aquisição Diferidos. Os juros cobrados sobre parcelamento de prêmios são diferidos e apropriados ao resultado no mesmo prazo do parcelamento. As despesas e receitas de resseguros proporcionais são reconhecidas simultaneamente aos prêmios correspondentes, enquanto as relativas a resseguros não proporcionais são apropriadas conforme o período de cobertura dos contratos. **3.16 Dividendos:** As receitas de dividendos provenientes de investimentos em instrumentos de capital (ações) são reduzidas dos valores do investimento

quando o direito de recebimento é estabelecido. **3.17 Arrendamentos:** Conforme CPC 06 (R2) - Arrendamentos (equivalente ao IFRS 16), um contrato é ou contém arrendamento quando transfere ao arrendatário o direito de controlar o uso de um ativo identificado por determinado período, mediante contraprestação. Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece: • Ativo de direito de uso, mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, ajustado por remensurações do passivo. • Passivo de arrendamento, mensurado pelo valor presente dos pagamentos futuros, descontados pela taxa de juros implícita no contrato ou, quando não determinável, pela taxa incremental de empréstimo, definida como a taxa que a Companhia pagaria para obter financiamento para aquisição de ativo similar em condições equivalentes. A Companhia optou pela utilização da taxa incremental para mensuração dos passivos de arrendamento.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Wilm Langenbach - Presidente

João Francisco S. Borges da Costa - Vice-Presidente

Nicolas Masjuan

Maximiliano Javier Casas Sanchez

Fabiana Valério Arana

DIRETORIA

Eduardo Stefanello Dal Ri - CEO

Reinaldo Amorim Lopes - CFO

Rafael de Gouveia Ramalho - Vice-Presidente Técnico de Automóvel

Igor Di Beo - Vice-Presidente Técnico Demais Ramos

Karen Ferraz de Aguiar Schiavon - Vice-Presidente de Controles Internos

Marcos Machini - Vice-Presidente Comercial

André Steiner Truzzi - Vice-Presidente de Transformação

COMITÊ DE AUDITORIA

Jose Octavio Vianello de Mello

Nicolas Masjuan

Maximiliano Javier Casas Sanchez

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS, DOS AUDITORES ATUARIAIS INDEPENDENTES E DO COMITÊ DE AUDITORIA

Ilmos. Srs. Administradores da HDI SEGUROS S.A. - "As demonstrações contábeis completas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e o relatório do auditor independente, relatório do auditor atuarial independente sobre a Auditoria Atuarial, sobre essas demonstrações contábeis completas estão disponíveis eletronicamente no endereço <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>. Os referidos relatórios do auditor independente e do auditor atuarial independente

sobre essas demonstrações contábeis foram emitidos em 2026, sem modificações." O relatório do auditor independente foi emitido em 26 de fevereiro de 2026, e o relatório do auditor atuarial independente em 26 de fevereiro de 2026.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2026

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 estão disponíveis no seguinte endereço eletrônico: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>

ESTADÃO RI

QUER RESULTADOS? PUBLIQUE SEUS
BALANÇOS E ATOS SOCIETÁRIOS NO ESTADÃO.



LÍDER EM
CONTEÚDO
DE ECONOMIA &
NEGÓCIOS



+27,5 MM
DE USUÁRIOS
ÚNICOS



PUBLICAÇÃO
SIMULTÂNEA NA
PLATAFORMA DE
RELAÇÕES COM
INVESTIDORES



A FORÇA
DO ESTADÃO
+56 MM
de impactos / mês



LÍDERES E
FORMADORES DE
OPINIÃO LEEM
O ESTADÃO
DIARIAMENTE

CONSULTE
NOSSA EQUIPE
COMERCIAL:
(11) 3856-2442

ACESSE E CONHEÇA:



ESTADÃO

ESTADÃO RI

a rádio dos melhores ouvintes
ELDORADOFM 107.3
Uma parceria de conteúdo com a Fundação Brasil 2000

ESTADÃO
BLUE STUDIO

AGÊNCIA
ESTADO

broadcast

Fontes: Google Analytics dez/25 - Mídias Sociais – Seguidores e Insctos Estadão WhatsApp, Facebook, TikTok, LinkedIn, Instagram, YouTube, Threads e X (Twitter) em 15/12/25 - Jornal: versões impresso e digital (pdf), Brasil e exterior (BDO - set/25)